



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

TENSÃO POLÍTICA NO BRASIL: INVESTIGAÇÃO DE ATENTADOS, FIM DA PRESIDÊNCIA NO G20 E NOVAS REGRAS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

O cenário político brasileiro enfrenta momentos de alta tensão, com revelações graves sobre planos de atentados contra lideranças como Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes, além de indiciamentos que ampliam o impacto de investigações envolvendo figuras de destaque, como Jair Bolsonaro e militares de alta patente. Paralelamente, chega ao fim a gestão do Brasil no G20, e os debates sobre emendas parlamentares mostram os desafios de governança.

PF INDICIA RESPONSÁVEIS POR PLANEJAR O ASSASSINATO DE LULA E ALCKMIN E ENCERROU O PL DA ANISTIA

Nesta semana, foram presos quatro militares e um policial, acusados de planejar os assassinatos de Lula (PT), Geraldo Alckmin (PSB) e Alexandre de Moraes.

Além disso, 32 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-ministro da Casa Civil, General Braga Netto (PL).



“Tem que ver o que tem nesse indiciamento da PF. Vou esperar o advogado. Isso, obviamente, vai para a Procuradoria-Geral da República. É na PGR que começa a luta. Não posso esperar nada de uma equipe que usa a criatividade para me denunciar”.

Jair Bolsonaro (PL),
Ex-Presidente da República

A avaliação de setores bolsonaristas, que autoridades ligadas ao governo têm tentado reforçar, é de que os acontecimentos recentes enterram de vez o projeto de lei da anistia. O projeto está congelado na Câmara dos Deputados desde outubro, quando o presidente Arthur Lira (PP/AL) criou uma comissão especial para discutir o PL.



“É extremamente grave porque envolve integrantes das Forças Armadas. Tudo indica a participação de militares de alta patente [...] Acho incogitável falar em anistia nesse quadro. Seria irresponsável. Tenho vários interlocutores no meio político e não me parece que faça sentido”.

Gilmar Mendes,
Ministro do Supremo Tribunal Federal.

BRASIL SEDIA A REUNIÃO ANUAL DO G20

Também nesta semana, ocorreu, no Rio de Janeiro, a reunião anual do G20, que contou com a participação do presidente Lula como representante do Brasil. Participaram também o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva (REDE).

A reunião pautou assuntos como a mudança climática, combate à fome e globalização. Lula voltou a criticar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e a defender a taxa dos super-ricos para combater desigualdades e crises no mundo..



“A África do Sul poderá contar com o Brasil para exercer uma presidência para além do que podemos executar. Lembro aquela frase do líder africano Nelson Mandela, que disse: ‘É muito fácil demolir e destruir, poderosos são os que constroem”.

Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República

Com o encerramento, conduzido pelo presidente Lula, o Brasil entregou a presidência do G20 para a África do Sul, que sediará o próximo evento em 2025.

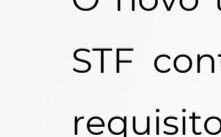
APROVADAS NOVAS REGRAS DE EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

Nesta terça-feira, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta a execução de emendas parlamentares.

A regulamentação das emendas tem gerado um embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, iniciado em agosto, quando o Ministro Flávio Dino bloqueou a execução das emendas, até que as regras fossem alteradas para atender a critérios de transparência e rastreabilidade dos recursos.

O projeto aprovado inclui como critérios para a execução das emendas a prioridade de recursos para obras inacabadas e limites para a fatia do orçamento que poderá ser destinada a esta finalidade, respeitando as metas fiscais e fixando o crescimento máximo em 70% da inflação.

O novo texto será encaminhado para sanção presidencial, mas a posição do STF continua indefinida, uma vez que a proposição ainda não atende aos requisitos estabelecidos pelo Ministro Flávio Dino em sua decisão inicial. Até que o STF aprove o novo projeto, a execução das emendas permanece bloqueada..



“Verifico que persiste o grave e inaceitável quadro de descumprimento da decisão do Plenário do STF, que, em 2022, determinou a adequação das práticas orçamentárias ao disposto na Constituição Federal”.

Flávio Dino,
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Os últimos dias foram marcados por acusações que abalam estruturas institucionais e debates sobre transparência e prioridades no uso de recursos públicos. Nas próximas semanas, deve haver uma decisão do Planalto e do STF quanto às emendas. Está no radar, também, a apresentação do pacote de corte de gastos pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), com expectativa de anúncio até a próxima terça-feira (26/11).